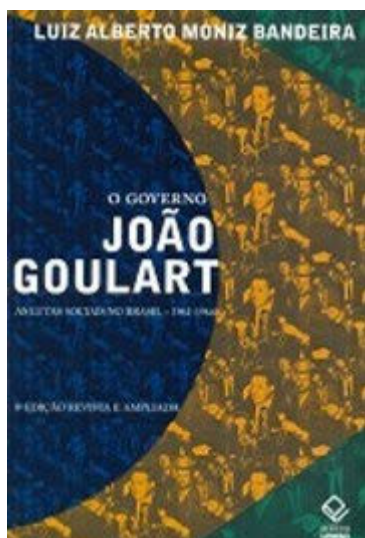


resenha

Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, 8ª edição, Editora UNESP, São Paulo, 2010.

Revisitando o governo Jango

por Argemiro Ferreiraⁱ



A disposição obsessiva de Luiz Alberto Moniz Bandeira de rever, ampliar e corrigir, sempre com base em mais pesquisas e documentos, faz da 8ª edição de *O Governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil, 1961-1964*, quase um livro novo (a 1ª edição tinha 200 páginas; a atual, 486). Entre os acréscimos, há uma análise que nega credibilidade à versão de assassinato para a morte de João Goulart; dados fundamentados de uma investigação na Argentina sobre ajuda de Juan Perón, intermediada por Jango, para campanha eleitoral de Getúlio Vargas; uma história sintética do socialismo e trabalhismo no Brasil; e o relato da aventura de Leonel Brizola, expulso do Uruguai, para ter asilo nos EUA e, com a proteção do governo (e da CIA), voar de Buenos Aires a Nova York.

Ao assinar uma resenha do livro logo após seu lançamento em 1977 - três páginas para a *IstoÉ* de Mino Carta - lamentei que depois de 1964 a história do Brasil estivesse sendo escrita menos pelos brasileiros, como Moniz Bandeira, do que pelos *brazilianists*. Historiador e cientista político, o autor não apenas estudara o período: também o vivera, com intensidade, como jornalista. A familiaridade com o tema o imunizava contra escorregões frequentes, ingênuos ou não, de estrangeiros que então publicavam livros sobre nossa história recente. A reavaliação começava na própria figura de Jango, subestimada nos EUA como se não passasse de um oportunista demagogo e corrupto na linha do execrado populista Huey Long de Louisiana, tema de livros e filmes.

Estereótipos disseminados por reduções simplistas da banda de música da UDN, que em 1954 festejara o manifesto dos coronéis que derrubou Jango do ministério do Trabalho e em 1964 o golpe dos generais que o depôs, contaminavam análises de fora. Sensíveis ao conteúdo intelectual udenista, autores dos EUA às vezes pareciam incapazes de encarar Jango de outra forma. No máximo o viam como novo Perón, enriquecido no poder. Robert Kennedy e Arthur Schlesinger renderam-se a isso, mesmo tendo servido a Lyndon Johnson (cujas fortuna colossal fora construída só em cargos

públicos). Moniz Bandeira passou por cima da intriga udenista e mostrou como a riqueza de Jango antecederia a entrada na política – na verdade, prejudicial a seus negócios.

No prefácio de um livro o norte-americano Thomas Skidmore, decano dos *brazilianists* pos-1964, referiu-se meio envergonhado à “generosidade de um povo que permite a um estrangeiro intrometer-se na análise da história de seu país”. Confessou: “Duvido que meus conterrâneos se mostrassem tão indulgentes”. É inegável a contribuição dos que vieram nos estudar, mas a safra de estudos de brasileiros a partir de *O Governo João Goulart* mudou muito o quadro – para melhor.

O livro foi lançado no final de um ano que começara com a revelação bombástica, pelo *Jornal do Brasil*, do conteúdo de documentos até então secretos da biblioteca presidencial LBJ (arquivos da Casa Branca de Johnson), com detalhes sobre o papel dos EUA no golpe que depôs Jango e instalou a ditadura. Ernesto Geisel, o quarto de nossos generais-ditadores, fora empossado em 1974 com a promessa de abertura “lenta e gradual”, mas no terceiro ano de mandato impingira o pacote de abril, mudando as regras eleitorais (para garantir o controle do Congresso), criando senadores biônicos e ampliando os mandatos presidenciais. Tudo na tentativa de prolongar a ditadura. A análise de Moniz Bandeira sobre o período 1961-64 já estaria justificada pelo uso da documentação do ex-presidente, à qual ninguém antes tivera acesso, e de arquivos de vários de seus ex-ministros, como ainda pelas entrevistas francas e detalhadas que o autor obtivera de todos eles, além de Leonel Brizola, do almirante Sílvio Heck, do general Odílio Denis e de

personagens menos conspícuos, entre eles militares do serviço secreto.

Chavões udenistas perseguiram Jango a vida inteira, em especial na mídia e nos meios oficiais dos EUA. Obviamente refletiram-se de alguma forma na obra dos que usavam certas fontes. Mas até um udenista ilustre como Afonso Arinos de Melo Franco mudou com o tempo. Em autocrítica significativa o ex-senador e ex-chanceler reconheceu anos depois ter sido a luta da UDN contra reformas e mudanças. “Por trás da luta udenista pela legalidade e contra Getúlio, de que fui porta-voz parlamentar, havia, também, a recusa do partido militarista e conservador em aceitar a fatalidade de certas mudanças”, escreveu.

Pode ser visto ainda nesse contexto o retrato coerente que Moniz Bandeira faz de Jango a partir de 1952, quando passara a comandar o PTB. De acordo com o autor, o nacional-reformismo dele evoluiu gradativamente. Após a queda do ministério em 1954, ele escrevera a Getúlio ter preferido “ficar ao lado dos trabalhadores a pactuar com os inúmeros advogados de interesses espúrios que muitas vezes bateram às portas do meu gabinete”. Como vice-presidente no governo JK, observou em 1958 que o povo financiava com seu sacrifício o desenvolvimento econômico, reclamando “medidas de reforma social tendentes a impedir que uma pequena minoria, nadando no luxo e na ostentação, continue afrontando as privações e a miséria de milhares e milhares de brasileiros”. No terreno prático, chegou a pedir ao então presidente do PSD, Benedito Valadares, o apoio do partido oficial à aprovação de várias emendas constitucionais (uma delas para permitir a reforma agrária) e medidas legislativas de base cujos projetos já tramitavam no Congresso.

Em fevereiro de 1961, ainda vice-presidente, começou a preparar um Congresso Trabalhista para “a tomada de consciência da opinião pública quanto à existência de uma doutrina político-trabalhista”. Chegou a receber de San Thiago Dantas e Hermes Lima, dois intelectuais do partido, a linha de ação: “a posição fundamental do partido é a de um instrumento de reforma, de mudança, de superação da estrutura social brasileira. Não quer o PTB corrigir apenas a estrutura social existente. Quer mudá-la para coisa melhor, favorável à incorporação do povo brasileiro a níveis de educação, produtividade e consumo tão superiores que são, por isso mesmo, diferentes em qualidade e finalidade dos atuais”.

Esse amadurecimento ideológico de Jango e do PTB, num caminho próximo “ao da Social Democracia europeia após a guerra de 1914-18”, evidencia que o chamado programa de reformas de base era bem mais do que mero recurso demagógico, oportunista, eleitoral e subversivo que seus inimigos teimavam em denunciar. Ele o anunciara pela primeira vez em 1958, batera-se por ele na campanha eleitoral de 1960 e era natural que tentasse cumpri-lo ao chegar à presidência em 1961, em meio à crise desencadeada pela renúncia de Jânio Quadros. Ex-ministro, ex-deputado federal, vice-presidente da república (e presidente do Senado) duas vezes, muito bem sucedido desde jovem na sua atividade pecuária, não era um despreparado.

O livro define os fatores decisivos para o posterior desdobramento da crise brasileira: 1. o esforço de desestabilização (a palavra só entraria para o vocabulário da política internacional após a tragédia chilena, que sob certos aspectos repetira o 1964 brasileiro), patrocinado pelos EUA, sob

a coordenação extraordinariamente eficaz do embaixador Lincoln Gordon (sua ingerência nos assuntos internos brasileiros talvez só encontre paralelo no conduta do britânico William D. Christie, um século antes); 2. a radicalização político-ideológica, agravada pelo amadurecimento de um proletariado cada vez mais independente após tanto tempo sob controle oficial (“O nacional reformismo se revelava impotente para atender às necessidades políticas da época. As massas caminharam adiante das direções. Os acontecimentos passaram à frente dos personagens”) e pelo aberto encorajamento externo a grupos de extrema direita (IBAD, IPES, organizações paramilitares, conspiração nas forças armadas).

Para caracterizar a ação desestabilizadora dos EUA (citada em depoimento do ex-embaixador americano no Chile, Edward Korry, como precedente para sua própria atuação contra Allende) bastariam as confissões do próprio Lincoln Gordon e de seu superior no Departamento de Estado, Thomas Mann, sobre a canalização de todas as verbas americanas para estados e municípios (“ilhas de sanidade”, alegou) que se opunham a Jango. “Washington não deu nenhum dinheiro para a balança de pagamentos ou para o orçamento federal porque isso poderia beneficiar diretamente o governo central”, disse Mann depois do golpe. No entanto, a dívida externa brasileira, que Jango herdou, ascendia a US\$3 bilhões. Só de juros devíamos pagar uns 15% da receita cambial em moeda conversível. Segundo Carvalho Pinto, penúltimo ministro da Fazenda de Jango, a dívida externa praticamente deixara de crescer após a queda de Jânio e, não fossem as pressões dos EUA, a situação se resolveria. O golpe final foi o bloqueio

dos créditos externos, que impôs o dilema ao governo: ou ceder a Washington ou recorrer a medidas de caráter nacionalista.

Ceder a Washington significava, entre outras coisas, comprar a AMFORP pelo preço fixado nos EUA (e denunciado no Brasil, à esquerda e à direita), cumprir o programa de estabilização do FMI com medidas de repercussões dramáticas para os trabalhadores e, na esteira, atender às exigências de Gordon em favor da indústria farmacêutica americana, dos interesses da Hanna e da ITT e contra a lei de remessa de lucros que o Congresso já aprovara. Significava ainda abrir mão da política externa independente, que indignava um Departamento de Estado às voltas com o problema cubano. As vacilações de Jango na ocasião, segundo o autor, “decorriam menos de seu estilo de conduta do que de sua condição no Poder, premido de um lado pelos trabalhadores e, do outro, pela identidade e contradições entre a burguesia brasileira e o imperialismo norte-americano”.

As vacilações também tinham marcado as atitudes americanas em relação ao Brasil. Na crise da renúncia, conforme o almirante Heck disse ao autor, os ministros militares receberam um informe de que o presidente Kennedy suspenderia o apoio financeiro se houvesse ruptura da legalidade, mas a CIA e o Pentágono (em oposição ao Departamento de Estado, que refletia a orientação da Casa Branca) estimulavam o golpe. A julgar pelos documentos da biblioteca LBJ, quem garantiu a coerência norte-americana, um pouco mais tarde, foi o embaixador Gordon, cujos memorandos (contrários a Jango) a princípio preocuparam a diplomacia empenhada em pelo menos aparentar fidelidade aos compromissos

da Aliança para o Progresso com o sistema democrático representativo. Talvez por isso Gordon tenha insistido tanto tempo em repetir que suas decisões eram determinadas pelo clima da guerra fria.

Sobre o papel dos EUA no golpe, dissecado antes por Phyllis Parker (*O papel dos EUA no golpe de 31 de Março*) e Marcos Sá Correa (*1964 visto e comentado pela Casa Branca*), Moniz Bandeira foi muito mais longe graças a documentos e depoimentos até então inéditos. A movimentação do general Vernon Walters, adido militar da embaixada dos EUA, seus encontros diários com o general Castelo Branco (suspensos às vésperas do golpe, por questão de conveniência), suas viagens pelo Brasil são relatadas em detalhes a Jango pelos informes do SFICI (Serviço Federal de Informações e Contrainformações). O presidente soube com antecedência que o golpe era iminente (decifrara-se mensagem em código). Não foram tomadas providências devido à negligência de seu chefe da Casa Militar, general Assis Brasil (ingênuo, deixara-se envolver por agente da CIA) e à certeza equivocada do próprio Jango de que as forças populares não tolerariam o golpe.

O livro expõe ainda, em parte com base nas entrevistas do ex-presidente ao autor, a cadeia de traições que o golpeou. A começar pelo ex-amigo Amaury Kruehl, general a quem ele disse a 31 de março, pelo telefone: “Ponha as tropas na rua e traia abertamente”. O general Jair Dantas Ribeiro foi outro: decidiu fazer uma cirurgia às vésperas do golpe, deixando acéfalo o ministério do Exército. Anteriormente o embaixador em Washington, Roberto Campos, assinara sem autorização presidencial o memorando da compra da AMFORP. E o chanceler interino

Araújo Castro, por instruções do então chefe do Estado-Maior, Castelo Branco, e sem o conhecimento de Jango, assinou em janeiro de 1964 a revitalização do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos – instrumento legal a ser usado como pretexto para a intervenção armada no Brasil (como ocorreria em 1965 na crise dominicana) em caso de resistência ao golpe.

Acusado de estar preparando um golpe, Jango – que em 1961 repelira a idéia de rejeitar o parlamentarismo e avançar sobre Brasília na crista de uma revolução – resistiu duas vezes a proposta de Kruel para fechar o Congresso e governar como ditador. Também foi contrário à sugestão de Brizola para “dar o golpe antes deles”. Consciente de que uma resistência em 1964 levaria à intervenção dos EUA, conforme seu relato ao autor, preferiu não dar armas aos que as reclamavam para lutar contra o golpe; mas repudiou igualmente as propostas (do general Pery Bevilacqua, do ex-presidente JK, de Kruel e de Magalhães Pinto, entre outros) para que abandonasse os que o apoiavam, fechasse as organizações sindicais, desistisse das reformas e formasse um governo conservador para se agüentar até o final do mandato.

Não fosse a vigência da ditadura, *O Governo João Goulart* teria motivado na época debate saudável até sobre as razões do desvio dos estudos brasileiros para institutos, fundações e universidades de fora. Os obstáculos encontrados por nossos estudiosos e autores começavam nas fontes do país, em especial as oficiais, inclinadas a favorecer interpretações menos críticas de estrangeiros pouco familiarizados com a cena brasileira. Ao mesmo tempo, brasileiros tropeçavam lá fora na relutância de certas fontes – como o general Walters, que concedeu

entrevista a americana Parker, pouco informada sobre as peripécias dele no Brasil, e negou-se a falar a Moniz Bandeira e outros. O ex-embaixador Gordon chegou até a defender seu direito de mentir a um jornalista brasileiro excessivamente curioso. “Menti deliberadamente porque não estava obrigado a dizer a verdade a ele”, explicou em janeiro de 1977 à correspondente Eugênia Fernandes, de *Manchete*, ao ser perguntado sobre declaração mentirosa feita em 1971 a Elio Gaspari, de *Veja*. Gordon, que morreu no final do ano passado, confiava plenamente em intelectuais americanos compreensivos, como o amigo Skidmore, que dormiu em sua casa na noite de 31 de Março para 1º de abril de 1964 - precisamente quando o anfitrião comandava do Rio a força-tarefa na costa do Brasil. Skidmore retribuiu a confiança ao abraçar a tese da não ingerência dos EUA (e do próprio Gordon) em 1964, atribuindo as versões em contrário – comprovadas em 1977, com a liberação dos papéis da biblioteca LBJ - ou a irresponsáveis, ou à esquerda radical.

Entre os acréscimos de Moniz Bandeira que enriqueceram *O Governo João Goulart* sem alterar na essência o conteúdo original do livro está o registro do papel assumido por Jango na década de 1950 como representante de Vargas, na intermediação junto a emissário de Juan Perón, que canalizara recursos para o PTB (na forma de representações dadas ao petebista Hugo Borghi). Segundo o jornalista argentino Rogelio Garcia Lupo, isso foi apurado em investigação dos militares argentinos que derrubaram Perón em 1955. Carlos Lacerda e a UDN adorariam ter sabido do fato na época, já que até usaram documento fraudulento (a célebre carta Brandi) na obsessão de provar conexão semelhante.

Ficamos devendo ainda ao autor o fim de outro mistério - o das últimas horas de Brizola no Uruguai, após a revogação do asilo. Nas 20 páginas do prefácio à nova edição está o relato da aventura – em clima de filme de espionagem, ainda que cada detalhe esteja baseado em depoimentos dos personagens. Dos contatos iniciais com autoridades brasileiras, através de advogado, sobre a possibilidade (enfaticamente rejeitada) de retorno ao Brasil, à decisão de “jogar a carta americana” – o pedido de asilo, via embaixada dos EUA em Montevideú,

para “testar a política de direitos humanos do presidente Carter”. A onda de assassinatos de políticos de esquerda já tinha começado no cone Sul (em especial na Argentina). Brizola viajou para Buenos Aires, sob a proteção, todo o tempo, de diplomatas ou agentes dos EUA, que o instalaram em apartamento particular, à espera de um vô da Braniff na manhã seguinte, com escalas em Santiago do Chile e Miami. À última hora o vô foi da Aerolíneas Argentinas, sem escalas – direto a Nova York, onde o próprio Moniz Bandeira o esperava no aeroporto JFK.



ⁱ **ARGEMIRO FERREIRA** é Jornalista e autor de *Caça às Bruxas – Macartismo: Uma Tragédia Americana* (L&PM, Porto Alegre, 1989), *O Império Contra-Ataca – As guerras de George W. Bush antes e depois do 11 de setembro* (Paz e Terra, São Paulo, 2004).